



Presidência da República  
Secretaria de Comunicação Social  
Secretaria de Gestão, Controle e Normas

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE QUE, ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E A EMPRESA LEO BURNETT PUBLICIDADE LTDA.**

Processo nº 00170.000257/2011-71

Contrato nº 01 /2012

A **UNIÃO**, por intermédio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.234.494/0001-43, neste ato representada por sua Secretária-Executiva, **YOLE MARIA DE MENDONÇA**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, inscrita no CPF/MF sob o nº 596.300.867-00, de acordo com a competência prevista no art. 1º da Portaria nº 1, de 05.01.11, publicada no Diário Oficial da União de 06.01.11, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **LEO BURNETT PUBLICIDADE LTDA.**, com sede em São Paulo/SP, na Rua Brejo Alêgre, nº 93, CEP 04557-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.895.208/0001-77, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **MARCIO ALEXANDRE TOSCANI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 175.154.198-30, portador da Carteira de Identidade nº 24.906.910-6 SSP/SP, e **PAULO SERGIO BIOLCATTI**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado em São Paulo/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.308.098-14, portador da Carteira de Identidade nº 13.640.203-3 SSP/DP, resolvem celebrar o presente contrato para prestação de serviços de publicidade, objeto da Concorrência nº 002/2011, Processo nº 00170.000257/2011-71, mediante os termos e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS**

1.1 O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei nº 12.232, de 29.04.10, e, de forma complementar, das Leis nº 4.680, de 18.06.65, e nº 8.666, de 21.06.93.

1.1.1 Aplicam-se também a este contrato as disposições do Decreto nº 6.555, de 08.09.08, do Decreto nº 57.690, de 01.02.66, do Decreto nº 4.563, de 31.12.02, do Decreto nº 3.722, de 09.01.01, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 11.10.10, e da Instrução Normativa SECOM nº 4, de 21.12.10.

1.2 Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato – e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições aqui não expressamente alterados – o Edital da Concorrência 002/2011 e seus anexos, e as Propostas Técnica e de Preços da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

2.1 Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade de competência da **CONTRATANTE** aos veículos e demais meios de divulgação.

2.1.1 Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

a) à produção e à execução técnica das peças e ou material criados pela **CONTRATADA**;

b) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relacionados diretamente a determinada ação publicitária;

c) à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias, atendidas as prescrições estabelecidas para as ações publicitárias contratadas.

2.1.1.1 As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'a' do subitem 2.1.1 terão a finalidade de:

a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da **CONTRATANTE**, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;

b) aferir a eficácia do desenvolvimento estratégico, da criação e da divulgação de mensagens;

c) possibilitar a avaliação dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

2.1.2 Os serviços previstos no subitem 2.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.1.2.1 Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente o patrocínio de mídia, ou seja, de projetos de veiculação em mídia ou em instalações, dispositivos e engenhos que funcionem como veículo de comunicação e o patrocínio da transmissão de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento comercializados por veículo de comunicação.

2.1.3 Os serviços abrangem as ações de publicidade institucional e de utilidade pública, sobre todos os assuntos e temas de competência ou de interesse do Poder Executivo Federal.

2.2 A **CONTRATADA** atuará por ordem e conta da **CONTRATANTE**, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 2.1.1, e de veículos e demais meios de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

2.3 A **CONTRATADA** não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nesta Cláusula.

2.4 A **CONTRATADA** atuará de acordo com solicitação da **CONTRATANTE**, indistintamente e independentemente de sua classificação no referido certame, e não terá, particularmente, exclusividade em relação a nenhum dos serviços previstos nesta Cláusula.

2.5 Para a execução dos serviços e a seleção interna de que trata o art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.232/2010, a **CONTRATANTE** observará o Manual de Procedimento das Ações de Publicidade, aprovado pela Portaria nº 83, de 20 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2011, Seção 1, páginas 26 a 30, disponível na internet no endereço <http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/legislacao>.

### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1 O presente contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da sua assinatura.

3.1.1 A **CONTRATANTE** poderá optar pela prorrogação desse prazo, mediante acordo entre as partes, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.1.2 A prorrogação será instruída mediante avaliação de desempenho da **CONTRATADA**, a ser procedida pela **CONTRATANTE**, em conformidade com o art. 38 da Instrução Normativa SECOM nº 4, de 21.12.10, e com o subitem 7.10 deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas a serem realizadas pela **CONTRATADA** e pelas 2 (duas) outras contratadas, nos primeiros 12 (doze) meses, estão estimadas em R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

4.2 Os créditos orçamentários para a execução dos serviços durante o exercício de 2012 estão consignados no Orçamento Fiscal da União, nas seguintes funcionais programáticas:

a) 04.131.0752.2017.0001 (Programa Gestão da Política de Comunicação de Governo; Ação Publicidade Institucional); Natureza da despesa: 3.3.90.39;

b) 04.131.0752.4641.0001 (Programa Gestão da Política de Comunicação de Governo; Ação Publicidade de Utilidade Pública); Natureza da despesa: 3.3.90.39.

4.3 Se a **CONTRATANTE** optar pela prorrogação deste contrato, serão consignados nos próximos exercícios, no Orçamento Fiscal da União, as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

4.4 A **CONTRATANTE** se reserva o direito de, a seu juízo, utilizar ou não a totalidade dos recursos previstos.

#### CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

5.1.1 Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

5.1.2 Centralizar o comando da publicidade da **CONTRATANTE** no Distrito Federal, onde, para esse fim, manterá escritório, sucursal ou filial. A seu juízo, a **CONTRATADA** poderá utilizar-se de sua matriz ou de seus representantes em outros Estados para serviços de criação e de produção ou outros complementares ou acessórios que venham a ser necessários, desde que garantidas as condições previamente acordadas.

5.1.2.1 A **CONTRATADA** deverá comprovar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura deste instrumento, que possui, no Distrito Federal, estrutura de atendimento compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados à **CONTRATANTE**, representada, no mínimo, pelos seguintes profissionais e respectivas qualificações:

⇒ 1 (um) Diretor Geral: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, em gestão de equipes;

⇒ 1 (um) Diretor de Atendimento: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, na função;

⇒ 2 (dois) profissionais de atendimento: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 1 (um) ano, em atendimento de publicidade;

⇒ 1 (um) profissional de planejamento e pesquisa: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, em planejamento de comunicação e marketing;

⇒ 1 (um) Diretor de Criação: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 3(três) anos, na direção de criação publicitária;

⇒ 2 (duas) duplas de criação: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 2 (dois) anos, na criação/redação publicitária;

⇒ 2 (dois) profissionais de produção (impressa, eletrônica, digital e de *design*/computação gráfica): possuir experiência comprovada, de no mínimo 2 (dois) anos, em produção;

↳ D. J.

⇒ 1 (um) Diretor de Mídia: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, em planejamento e execução de mídia;

⇒ 2 (dois) profissionais de mídia: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 2 (dois) anos, na execução de mídia;

5.1.3 Constituir e manter, em parceria com as outras agências contratadas como resultado da concorrência que deu origem a este ajuste, a suas expensas, um Núcleo de Mídia, sem personalidade civil ou jurídica e sem fins lucrativos.

5.1.3.1 O Núcleo de Mídia:

a) funcionará sob as orientações da **CONTRATANTE**, em consonância com as rotinas e práticas acordadas entre ela e as 3 (três) agências;

b) deverá ter infraestrutura operacional adequada e funcionários qualificados, contratados e mantidos pelas 3 (três) agências, com o seguinte quadro mínimo de profissionais e respectivas qualificações mínimas:

⇒ 1 (um) Gerente de Mídia: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 5 (cinco) anos, em planejamento e execução de mídia;

⇒ 2 (dois) Supervisores de Mídia: possuir graduação superior e experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, na execução de mídia;

⇒ 2 (dois) Coordenadores de Mídia: possuir graduação superior, ou estar frequentando curso superior, e ter experiência comprovada, de no mínimo 2 (dois) anos, na execução de mídia;

⇒ 5 (cinco) Assistentes de Mídia – Nível Superior: possuir graduação superior, ou estar frequentando curso superior, e ter experiência comprovada, de no mínimo 1 (um) ano, na execução de mídia;

⇒ 2 (dois) Assistentes de Mídia – Nível Técnico: possuir nível médio, estar frequentando curso superior e ter experiência comprovada, de no mínimo 1 (um) ano, em atividades publicitárias;

⇒ 1 (um/a) Secretário(a).

c) deverá estar fisicamente localizado em endereço diverso dos endereços das três agências;

d) terá as seguintes funções principais:

d1) Planejamento:

⇒ participar de reuniões de briefing de mídia junto à **CONTRATANTE**, quando solicitado;

⇒ assessorar o planejamento de mídia das agências;

⇒ consolidar o planejamento de mídia das agências no que se refere aos valores finais.

d2) Controle:

⇒ desenvolver mapa-choque de veiculação da **CONTRATANTE**;

⇒ desenvolver mapas de veiculação e investimentos por veículo, campanha e agência;

⇒ atualizar, periodicamente, tabelas, relação de representantes, banco de dados de investimentos e descontos e, no caso de mídia impressa, acompanhar a regularidade das publicações utilizadas na ações de divulgação da **CONTRATANTE**;

⇒ conferir os planos de mídia das agências antes de seu encaminhamento para aprovação da **CONTRANTE**: tabela, descontos e qualificação da pessoa jurídica do veículo (CNPJ e nome empresarial).

d3) Estudos Técnicos:

⇒ avaliar, controlar e responder as propostas encaminhadas pelos veículos;

⇒ consolidar dados de pesquisas para a **CONTRATANTE**, fornecidos pelas agências, para estudos especiais ou para suporte de avaliações de propostas;

⇒ elaborar, periodicamente, estudos diversos de mídia: evolução de custos de tabelas dos principais veículos; evolução de circulação de jornal e revistas (IVC); evolução de CPM e CPP, nos principais mercados, e outros.

d4) Elaboração de relatórios para a **CONTRATANTE**:

⇒ veiculações planejadas e realizadas;

⇒ veículos regionais, incluindo representante, tabela e descontos praticados;

⇒ banco de dados de veículos;

⇒ verba por campanha, veículo, agência e período;

⇒ quadro de análise das programações (resultado de alcance, frequência média e CPM ou CPP e outros).

d5) Cadastro de veículos: formar e manter atualizado cadastro de veículos e as respectivas negociações dos veículos de comunicação utilizados nas ações de divulgação da **CONTRATANTE** e compartilhados com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

d6) Negociações: promover as negociações autorizadas pela **CONTRATANTE**, incluídas as com os integrantes do cadastro de veículos;

d7) Reuniões com veículos: participar de reuniões com veículos, juntamente com representante da **CONTRATANTE** e das agências, a serem realizadas nas instalações do Núcleo de Mídia ou da **CONTRATANTE**, uma vez por semana.

5.1.3.1.1 Parte da estrutura profissional prevista na alínea 'b' do subitem 5.1.3.1 deverá ser designada para as atividades de formação e manutenção do cadastro de veículos, sendo 1 (um) Coordenador de Mídia, 2 (dois) Assistentes de Mídia – Nível Superior e 2 (dois) Assistentes de Mídia – Nível Técnico, no mínimo.


5.1.3.2 O Núcleo de Mídia deverá iniciar suas operações em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura deste contrato, data a partir da qual a **CONTRATADA** e as três agências contratadas deverão reunir-se para detalhar a organização administrativa do Núcleo, ressalvado que seu pleno funcionamento deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura deste contrato.

5.1.4 Executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e serviços especializados e veículos – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela **CONTRATANTE**.

5.1.5 Utilizar, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, os profissionais indicados na Proposta Técnica da concorrência que deu origem a este ajuste, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **CONTRATANTE**.

5.1.6 Evitar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores e veículos e transferir à **CONTRATANTE** as vantagens obtidas.

2 P-1



5.1.6.1 Pertencem à **CONTRATANTE** as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio da **CONTRATADA**, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.

5.1.6.1.1 O disposto no subitem 5.1.6.1 não abrange os planos de incentivo concedidos por veículos à **CONTRATADA** e a outras agências, nos termos do art. 18 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.6.2 O desconto de antecipação de pagamento será igualmente transferido à **CONTRATANTE**, caso esta venha a saldar compromisso antes do prazo estipulado.

5.1.6.3 A **CONTRATADA** não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses da **CONTRATANTE**, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

5.1.6.3.1 O desrespeito ao disposto no subitem 5.1.6.3 constituirá grave violação aos deveres contratuais por parte da **CONTRATADA** e a submeterá a processo administrativo em que, comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação das sanções previstas neste contrato.

5.1.7 Negociar sempre as melhores condições de preço, até os percentuais máximos constantes dos subitens 10.2.1.1 e 10.2.2, no tocante aos direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos e aos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da **CONTRATANTE**.

5.1.8 Observar as seguintes condições para o fornecimento de bens ou serviços especializados à **CONTRATANTE**:

I - fazer cotações prévias de preços para todos os serviços a serem prestados por fornecedores;

II - só apresentar cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados no Sistema de Disponibilização de Referências (SIREF), aptos a fornecer à **CONTRATADA** bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato;

III - apresentar, no mínimo, 3 (três) cotações coletadas entre fornecedores cadastrados no SIREF que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido;

IV - exigir do fornecedor que constem da cotação os produtos ou serviços que a compõem, seus preços unitários e total e, sempre que necessário, o detalhamento de suas especificações;

V - a cotação deverá ser apresentada no original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura do responsável pela cotação;

VI - juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito – e em atividade – CNPJ ou no CPF e no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido.

5.1.8.1 Quando o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato, a **CONTRATADA** coletará orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização da **CONTRATANTE**.

5.1.8.2 A **CONTRATANTE** procederá à verificação prévia da adequação dos preços dos bens e serviços cotados em relação aos do mercado, podendo para isso recorrer às informações disponíveis no Sistema de Disponibilização de Referências (SIREF), de que trata o art. 8º da Instrução Normativa SECOM nº 2, de 16 de dezembro de 2009.

5.1.8.3 Se não houver possibilidade de obter 3 (três) cotações, a **CONTRATADA** deverá apresentar as justificativas pertinentes, por escrito, para prévia decisão da **CONTRATANTE**.

Handwritten initials 'D.' and a signature.

5.1.8.4 Se e quando julgar conveniente, a **CONTRATANTE** poderá:

a) supervisionar o processo de seleção de fornecedores realizado pela **CONTRATADA** quando o fornecimento de bens ou serviços tiver valor igual ou inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato;

b) realizar cotação de preços diretamente junto a fornecedores para o fornecimento de bens ou serviços, independentemente de valor.

5.1.8.5 Cabe à **CONTRATADA** informar, por escrito, aos fornecedores de serviços especializados acerca das condições estabelecidas na Cláusula Décima para a reutilização de peças e materiais publicitários, especialmente no tocante aos direitos patrimoniais de autor e conexos.

5.1.8.6 As disposições dos subitens 5.1.8 a 5.1.8.5 não se aplicam à compra de mídia.

5.1.9 Submeter a contratação de fornecedores, para a execução de serviços objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

5.1.9.1 É vedada a cotação prévia de preços para o fornecimento de bens ou serviços especializados de empresas em que:

I - um mesmo sócio ou cotista participe de mais de uma empresa fornecedora em um mesmo procedimento;

II - dirigente ou empregado da **CONTRATADA** tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau.

5.1.10 Obter a aprovação prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para autorizar despesas com serviços especializados prestados por fornecedores, veiculação e qualquer outra relacionada com este contrato.

5.1.10.1 A **CONTRATADA** só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, se previamente a identificar e tiver sido por ela expressamente autorizada.

5.1.11 Apresentar à **CONTRATANTE**, para aprovação do Plano de Mídia de cada campanha ou ação, relação dos meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, para fins do disposto no subitem 11.5, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade, com o fim de atender ao disposto no art. 15 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.12 Apresentar à **CONTRATANTE**, como alternativa ao subitem 5.1.11, estudo prévio sobre os meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, para fins do disposto no subitem 11.5, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade, com o fim de atender ao disposto no art. 15 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.12.1 O estudo de que trata o subitem 5.1.12 deve levar em conta os meios, praças e veículos habitualmente programados nos esforços de comunicação da **CONTRATANTE**, com vistas à realização de negociação global entre as partes sobre o que seja oneroso e o que seja suportável para a **CONTRATADA**.

5.1.12.1.1 O resultado da negociação global entre as partes prevista no subitem 5.1.12.1 vigorará para os planos de mídia que vierem a ser aprovados em até 12 (doze) meses da data de assinatura deste contrato.

5.1.12.1.2 Ao final do período de 12 (doze) meses, a **CONTRATADA** apresentará novo estudo, que vigorará durante os 12 (doze) meses seguintes e assim sucessivamente.

5.1.12.1.3 Se fato superveniente alterar significativamente as análises e conclusões do estudo mencionado no subitem 5.1.12, a **CONTRATANTE** solicitará novo estudo à **CONTRATADA** e, em decorrência, poderá promover nova negociação global e determinar seu novo período de vigência.

S. D. 1. 8

5.1.13 Encaminhar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, desde que não seja para uso em veiculação de mídia paga, nos seguintes formatos:

a) TV e Cinema: cópias em *Betacam*, e/ou DVD e/ou arquivos digitais;

b) Internet: cópias em CD;

c) Rádio: cópias em CD, com arquivos digitais;

d) Mídia impressa e material publicitário: cópias em CD, com arquivos em alta resolução, abertos e ou finalizados.

5.1.13.1 As peças poderão ser agrupadas em um mesmo DVD, caso atenda à solicitação da **CONTRATANTE**.

5.1.14 Prestar os seguintes serviços à **CONTRATANTE**, em conjunto com as duas outras agências contratadas como resultado da concorrência que deu origem a este ajuste, a suas expensas:

a) instituição e manutenção de acervo da propaganda da **CONTRATANTE**, em meio virtual, com as peças produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos;

b) criação e manutenção de banco de imagens, com as fotos e imagens produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos.

5.1.14.1 A **CONTRATADA** e as duas outras agências reunir-se-ão com a **CONTRATANTE**, em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste contrato, para apresentar proposta para o acervo virtual, compreendendo, por exemplo, as especificações técnicas, a sistemática de navegação e de filtros de pesquisa e os formatos dos arquivos.

5.1.14.1.1 Para a elaboração da proposta as agências devem considerar que o acervo virtual deverá estar funcionando no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da assinatura deste contrato.

5.1.14.1.2 Aprovada pela **CONTRATANTE**, a proposta passará a integrar este contrato, ressalvado que as partes poderão promover ajustes, sempre que necessários à manutenção do acervo.

5.1.14.2 O acesso ao acervo virtual será feito exclusivamente pelas três agências e a **CONTRATANTE**, reservada a esta a faculdade de liberar seu uso a quem lhe aprover.

5.1.15 Manter, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção deste contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e ou material produzidos, independentemente do disposto nos subitens 5.1.13 e 5.1.14.

5.1.16 Orientar a produção e a impressão das peças gráficas aprovadas pela **CONTRATANTE**.

5.1.16.1 O material a ser utilizado na distribuição só será definido após sua aprovação pela **CONTRATANTE** e sua reprodução dar-se-á a partir das peças mencionadas no subitem 5.1.16.

5.1.17 Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **CONTRATANTE**, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores e veículos e os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou por fornecedores e veículos por ela contratados.

5.1.18 Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, que envolvam o nome da **CONTRATANTE**, sem sua prévia e expressa autorização.





- 5.1.19 Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a **CONTRATADA**, independentemente de solicitação.
- 5.1.20 Não caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.
- 5.1.21 Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas na concorrência que deu origem a este ajuste, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que tratam o art. 4º e seu § 1º da Lei nº 12.232/2010.
- 5.1.22 Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, bem assim, quando for o caso, a legislação estrangeira com relação a trabalhos realizados ou distribuídos no exterior.
- 5.1.23 Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de fornecedores contratados.
- 5.1.24 Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 5.1.25 Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 5.1.26 Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- 5.1.27 Executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com fornecedores e veículos, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante seus signatários e a própria **CONTRATANTE**.
- 5.1.28 Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **CONTRATANTE**.
- 5.1.28.1 A infração a esse dispositivo poderá implicar a rescisão deste contrato e sujeitará a **CONTRATADA** às penas da Lei nº 9.279, de 14.05.96, e às indenizações das perdas e danos previstos na legislação ordinária.
- 5.1.29 Responder perante a **CONTRATANTE** e fornecedores por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços objeto deste contrato.
- 5.1.30 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a **CONTRATANTE**.
- 5.1.31 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.
- 5.1.31.1 Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **CONTRATANTE** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à **CONTRATANTE** as importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.
- 5.1.32 Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

5.1.33 Informar à **CONTRATANTE** os pagamentos feitos a fornecedores e veículos a cada ordem bancária de pagamento emitida pela **CONTRATANTE** e encaminhar relatório até o décimo quinto dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior, nos termos dos subitens 11.10 e 11.10.1 da Cláusula Décima deste contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

- a) cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**;
- b) fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- c) proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- d) verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas aos honorários devidos à **CONTRATADA** e às condições de contratação de fornecedores de bens e serviços especializados pela **CONTRATADA**;
- e) notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- f) notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

6.2 A juízo da **CONTRATANTE**, a campanha publicitária integrante da Proposta Técnica que a **CONTRATADA** apresentou na concorrência que deu origem a este contrato poderá ou não vir a ser produzida e distribuída durante sua vigência, com ou sem modificações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO

7.1 A **CONTRATANTE** fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

7.1.1 Serão nomeados Gestores para executar a fiscalização deste contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terão poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA**, objetivando sua imediata correção.

7.2 A fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da **CONTRATADA** pela perfeita execução dos serviços.

7.3 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da **CONTRATANTE**.

7.4 A **CONTRATADA** adotará as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, veiculação ou à distribuição, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada, nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

7.5 A aprovação dos serviços executados pela **CONTRATADA** ou por seus contratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

7.6 A ausência de comunicação por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidade ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

7.7 A **CONTRATADA** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

7.8 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna da **CONTRATANTE** e ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à **CONTRATANTE**.

7.9 À **CONTRATANTE** é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela **CONTRATADA**.

7.10 A **CONTRATANTE** avaliará, semestralmente, os serviços prestados pela **CONTRATADA**.

7.10.1 A avaliação semestral será considerada pela **CONTRATANTE** para apurar a necessidade de solicitar, da **CONTRATADA**, correções que visem a melhorar a qualidade dos serviços prestados; decidir sobre prorrogação de vigência ou rescisão contratual; fornecer, quando solicitado pela **CONTRATADA**, declarações sobre seu desempenho para servir de prova de capacitação técnica em licitações.

7.10.2 Cópia do instrumento de avaliação de desempenho será encaminhada aos Gestores deste contrato e ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

#### CLÁUSULA OITAVA - REMUNERAÇÃO

8.1 Pelos serviços prestados, a **CONTRATADA** será remunerada conforme disposto nesta Cláusula.

8.1.1 Honorários de 3,5 % (três inteiros e cinco décimos por cento), incidentes sobre os preços comprovados e previamente autorizados de serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes a peças e ou material cuja distribuição não proporcione à **CONTRATADA** o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965, de que trata o subitem 9.1.

8.1.2 Honorários de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), incidentes sobre os preços comprovados e previamente autorizados de serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes:

I - a cachê e a direito de autor e conexos, na sua utilização ou reutilização em peça ou material publicitário, exclusivamente quando a distribuição da peça ou material não proporcionar à **CONTRATADA** o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

II - ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relacionados diretamente a determinada ação publicitária, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste;


III - à reimpressão ou reedição de serviços gráficos.

8.2 Os honorários de que tratam os subitens 8.1.1 e 8.1.2 serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da **CONTRATADA**.

8.3 Para fins do disposto no inciso III do subitem 8.1.2, entende-se por reimpressão ou reedição a nova tiragem de peça publicitária que não apresenta modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas.

8.4 A **CONTRATADA** não fará jus:

a) ao ressarcimento dos custos internos dos serviços por ela executados;



b) ao ressarcimento das despesas referentes ao serviço de planejamento e execução de pesquisas de pré-testes de campanha, peça e material publicitários por ela executados;

c) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição proporcione a ela o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

8.5 Despesas com deslocamento de profissionais da **CONTRATADA**, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse da **CONTRATANTE**, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pela **CONTRATADA**, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pela **CONTRATANTE**.

8.5.1 Quando houver ressarcimento de despesas com deslocamento de profissionais da **CONTRATADA**, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados, deverão ser apresentados comprovantes de passagens, diárias, locação de veículos, entre outros, a fim de aferir a execução da despesa e assegurar seu pagamento pelo líquido, sem a incidência de honorários.

8.6 A **CONTRATADA** não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela **CONTRATANTE**, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

8.7 As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da **CONTRATANTE**, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato.

#### **CLÁUSULA NONA - DESCONTO DE AGÊNCIA**

9.1 Além da remuneração prevista na Cláusula Oitava, a **CONTRATADA** fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

9.1.1 O desconto de que trata o subitem precedente é concedido à **CONTRATADA** pela concepção, execução e ou distribuição de publicidade, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010.

9.2 A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE** 1/4 (um quarto) do valor correspondente ao desconto de agência a que faz jus, calculado sobre o valor acertado para cada veiculação.

9.2.1 No caso de veiculações realizadas no exterior, a **CONTRATADA** apresentará, juntamente com os documentos exigidos no subitem 11.4, declaração expressa dos veículos programados nas quais seja explicitada sua política de preços no que diz respeito à remuneração da agência.

9.2.1.1 Se a **CONTRATADA** fizer jus a benefício similar ao desconto de agência de que trata o subitem 9.1, repassará à **CONTRATANTE** o equivalente a 1/4 (um quarto) do desconto que obtiver em cada veiculação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS AUTORAIS**

10.1 A **CONTRATADA** cede à **CONTRATANTE** os direitos patrimoniais do autor das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), campanhas, peças e materiais publicitários, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos e criados em decorrência deste contrato.

10.1.1 O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas nas Cláusulas Oitava e Nona deste contrato.

10.1.2 A **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou através de terceiros, durante a vigência deste contrato, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a **CONTRATADA**, seus empregados, prepostos ou fornecedores.



10.1.3 A juízo da **CONTRATANTE**, as peças criadas pela **CONTRATADA** poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, sem que caiba a eles ou à **CONTRATANTE** qualquer ônus perante a **CONTRATADA**.

10.1.3.1 Caberá a esses órgãos ou entidades, diretamente ou por intermédio das agências de propaganda com que mantenham contrato, quando couber, efetuar o acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos de autor e conexos relacionados com a produção externa das peças a serem reutilizadas.

10.2 Com vistas às contratações para a execução de serviços que envolvam direitos de autor e conexos, a **CONTRATADA** solicitará dos fornecedores orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pela **CONTRATANTE**.

10.2.1 A **CONTRATADA** utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão, orçamento ou contrato, de cláusulas em que o fornecedor garanta a cessão pelo prazo definido pela **CONTRATANTE** em cada caso e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas nos subitens 10.2.1.1 a 10.2.3.

10.2.1.1 Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pela **CONTRATANTE** em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

10.2.1.1.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

10.2.2 Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual em relação ao valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela **CONTRATANTE** aos detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos dessas obras, será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

10.2.2.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

10.2.3 Quando da reutilização de quaisquer peças publicitárias, conforme previsto nos subitens 10.2.1.1 e 10.2.2, o valor a ser pago pela **CONTRATANTE** será negociado caso a caso, tendo como parâmetros básicos a qualidade e os preços praticados no mercado, obedecidos os percentuais máximos definidos neste contrato.

10.3 Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão dos direitos patrimoniais de autor e conexos será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.4 A **CONTRATADA** se obriga a fazer constar, em destaque, os preços dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos patrimoniais de autor e conexos, nos orçamentos de produção aprovados pela **CONTRATANTE**, após os procedimentos previstos no subitem 5.1.8.

10.5 A **CONTRATADA** se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com fornecedores, nos casos de tomadas de imagens que não impliquem direitos de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

I - a cessão dos direitos patrimoniais do autor desse material à **CONTRATANTE**, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pagamento do serviço, pela **CONTRATADA** ao fornecedor, sem que caiba à **CONTRATANTE** qualquer ônus adicional perante os cedentes desses direitos;

II – que, em decorrência da cessão prevista no inciso anterior, a **CONTRATANTE** poderá solicitar cópia de imagens contidas no material bruto produzido, em mídia compatível com seu uso e destinação, por intermédio da **CONTRATADA** ou de outra empresa com que venha a manter contrato para prestação de serviços;

III - que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão referida nos incisos anteriores será considerada como já incluída no custo de produção.

10.5.1 Se a **CONTRATANTE** pretender utilizar imagens que impliquem direitos de imagem e som de voz, constantes da cópia mencionada no inciso II do subitem 10.5, adotará as medidas cabíveis para a remuneração dos detentores desses direitos, nos termos da legislação.

10.6 A **CONTRATANTE** poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Nesses casos, quando couber, a **CONTRATADA** ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos das peças e o submeterá previamente à **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS

11.1 Para a liquidação e pagamento de despesa referente aos serviços previamente autorizados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

I - a correspondente nota fiscal, que será emitida sem rasura, em letra legível, em nome da **CONTRATANTE**, CNPJ/MF nº 09.234.494/0001-43, da qual constará o número deste contrato e as informações para crédito em conta corrente: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta;

II - a primeira via do documento fiscal do fornecedor ou do veículo;

III - os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, do comprovante de sua entrega.

11.1.1 Os documentos de cobrança e demais informações necessários à comprovação da execução e entrega dos serviços para a liquidação e pagamento de despesas deverão ser encaminhados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, na Esplanada dos Ministérios, bloco A, 5º andar, sala nº 546.

11.1.2 Os Gestores deste contrato somente atestarão os documentos para pagamento quando cumpridas pela **CONTRATADA** todas as condições pactuadas.

11.2 A liquidação de despesas será precedida das seguintes providências a cargo da **CONTRATADA**:

I - intermediação e supervisão, pela **CONTRATADA**, de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 11.1;

II - serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 11.1;

III - veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 11.1, da demonstração do valor devido ao veículo, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente, nos termos do inciso II do subitem 11.5.

11.2.1 Na ocorrência de falha local em uma programação em mídia eletrônica, rede nacional, além das providências previstas no inciso III do subitem 11.2 a **CONTRATADA** deverá apresentar documento do veículo com a descrição da falha e do respectivo valor a ser abatido na liquidação.

11.2.2 A conferência dos preços de tabela de cada inserção e os descontos negociados, de que trata o art. 15 da Lei nº 12.232/2010, compete ao Núcleo de Mídia, de acordo com o previsto no subitem 5.1.3.1, alínea 'd2', por ocasião da apresentação dos respectivos Planos de Mídia pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

11.3 O pagamento das despesas será feito fora o mês de produção ou veiculação, em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos previstos nos subitens 11.1 e 11.2.

11.4 Nos casos de veiculação no exterior, as condições de liquidação e pagamento serão adaptadas às praxes de cada país e deverão levar em conta as disposições dos subitens 9.2.1 e 9.2.1.1 deste contrato.

11.5 No tocante à veiculação, além do previsto no inciso III do subitem 11.2, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, os seguintes comprovantes:

I - Revista: exemplar original;

II - Jornal: exemplar ou a página com o anúncio, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do Jornal e praça;

III - demais meios: relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, se não restar demonstrada, nos termos dos subitens 5.1.11 ou 5.1.12, perante a **CONTRATANTE**, a impossibilidade de fazê-lo.

11.5.1 Nos casos em que restar demonstrada, nos termos dos subitens 5.1.11 ou 5.1.12, a impossibilidade de obter o relatório de checagem, a cargo de empresa independente, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

I - TV, Rádio e Cinema: documento usualmente emitido pelo veículo (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dia e horário da veiculação;

I.1) como alternativa ao procedimento previsto no inciso I, a **CONTRATADA** poderá apresentar documento usualmente emitido pelo veículo (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) em que figure a declaração prevista no inciso I deste subitem, na frente ou no verso desse documento, mediante impressão eletrônica ou a carimbo, desde que essa declaração seja assinada e que esse documento 'composto' contenha todas as informações previstas no inciso I deste subitem.

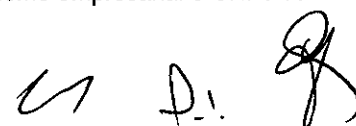
I.2) como alternativa ao conjunto de documentos previstos nos incisos I e I.1 deste subitem, a **CONTRATADA** poderá apresentar declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, emitida pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dia e horário da veiculação.

II - Mídia Exterior:

II.1 - Mídia *Out Off Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

II.2 - Mídia *Digital Out Off Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar fotos por amostragem, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

II.3 - Carro de Som: relatório de veiculação fornecido pela empresa que veiculou a peça, com relatório de GPS e fotos de todos os carros contratados, com imagem de fundo que comprove a cidade em que a ação foi realizada, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;



III - Internet: relatório de gerenciamento fornecido pela empresa que veiculou as peças, preferencialmente com o *print* da tela.

11.5.2 As formas de comprovação de veiculação em mídias não previstas nos incisos I, II e III do subitem 11.5.1 serão estabelecidas formalmente pela **CONTRATANTE**, antes da aprovação do respectivo Plano de Mídia.

11.6 Antes da efetivação dos pagamentos, será realizada a comprovação de regularidade da **CONTRATADA** no SICAF, através de consulta *on-line*.

11.6.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar, conforme o caso, Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município, se:

I - não estiver cadastrada no SICAF;

II - se sua situação no SICAF apresentar documentação obrigatória vencida.

11.7 Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a **CONTRATANTE**, a seu juízo, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

11.7.1 Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

11.8 No caso de eventual falta de pagamento pela **CONTRATANTE** nos prazos previstos, o valor devido será corrigido financeiramente, mediante solicitação expressa da **CONTRATADA**, desde o dia de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$AF = [(1 + IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP$ , na qual:

IPCA = Percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

AF = Atualização financeira;

VP = Valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste;

N = Número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.

11.8.1 A **CONTRATANTE** não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da **CONTRATADA**, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

11.9 A **CONTRATANTE** não pagará nenhum compromisso, assumido pela **CONTRATADA**, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros.

11.10 Os pagamentos a fornecedores e veículos por serviços prestados serão efetuados pela **CONTRATADA** em até 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem bancária da **CONTRATANTE** pela agência bancária pagadora.

11.10.1 A **CONTRATADA** informará à **CONTRATANTE** os pagamentos feitos a fornecedores e veículos a cada ordem bancária de pagamento emitida pela **CONTRATANTE** e encaminhará relatório até o décimo quinto dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

11.10.1.1 Os dados e formato dos controles serão definidos pela **CONTRATANTE**, e os relatórios deverão conter pelos menos as seguintes informações: data do pagamento da **CONTRATANTE**, data do pagamento da **CONTRATADA**, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.



11.10.2 O não cumprimento do disposto nos subitens 11.10 e 11.10.1 ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da **CONTRATADA**, até que seja resolvida a pendência.

11.10.2.1 Não solucionada a pendência no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação da **CONTRATANTE**, ficará caracterizada a inexecução contratual por parte da **CONTRATADA**.

11.10.2.2 Caracterizada a inexecução contratual pelos motivos expressos no subitem 11.10.2, a **CONTRATANTE**, nos termos da Cláusula Décima Quarta, poderá optar pela rescisão deste contrato e ou, em caráter excepcional, liquidar despesas e efetuar os respectivos pagamentos diretamente ao fornecedor de serviços especializados ou ao veículo, conforme o caso.

11.10.2.3 Para preservar o direito dos fornecedores e veículos em receber com regularidade pelos serviços prestados e pela venda de tempos e ou espaços, a **CONTRATANTE** poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela **CONTRATADA**, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos, em operações bancárias concomitantes.

11.10.3 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela **CONTRATADA**, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

11.11 A **CONTRATANTE**, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA

12.1 A **CONTRATADA** prestará garantia, em favor da **CONTRATANTE**, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para a execução dos serviços, na forma prevista no subitem 25.1 do Edital que deu origem a esta contratação, no prazo de até 20 (vinte) dias, contado a partir da data de assinatura deste contrato.

12.2 Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.

12.3 Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.

12.4 Na hipótese de prorrogação deste contrato, a **CONTRATANTE** exigirá nova garantia, escolhida pela **CONTRATADA** entre as modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993.

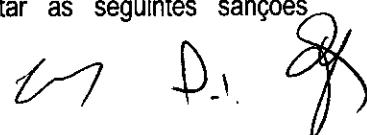
12.4.1 O documento de constituição da nova garantia deverá ser entregue à **CONTRATANTE** no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data de assinatura do respectivo termo aditivo.

12.5 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seus Gestores, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

12.5.1 Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 O descumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções administrativas:



I - advertência;

II - suspensão temporária de participação da seleção de que trata o subitem 2.5;

III - multa de mora e multa por inexecução contratual;

IV - suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** por prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.1.1 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

13.1.2 As sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado da autoridade competente.

13.1.3 As sanções aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF pela **CONTRATANTE**.

13.1.3.1 A **CONTRATANTE** comunicará, por escrito, à **CONTRATADA** que a sanção foi registrada no SICAF.

13.2 A aplicação das sanções observará as seguintes disposições:

I - as multas, a advertência e a suspensão temporária de participação da seleção de que trata o subitem 2.5 serão aplicadas pelo Secretário de Comunicação Integrada;

II - caberá ao Secretário-Executivo aplicar a suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** e propor a declaração de inidoneidade;

III - a aplicação da declaração de inidoneidade compete privativamente ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

13.3 A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços, a juízo da **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.3.1 No ato de advertência, a **CONTRATANTE** estipulará prazo para o cumprimento da obrigação e ou responsabilidade mencionadas no inciso I e para a correção das ocorrências de que trata o inciso II, ambos do subitem 13.3.

13.4 A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados.

13.4.1 O atraso sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviço, a contar do primeiro dia útil da respectiva data fixada, até o limite de 30 (trinta) dias úteis, calculada sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida.

13.4.2 O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na entrega de material ou execução de serviço caracterizará inexecução total deste contrato.

13.5 A inexecução contratual sujeitará a **CONTRATADA** à multa compensatória de:

I - de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da nota fiscal correspondente ao material ou ao serviço em que tenha ocorrida a falta, quando caracterizada a inexecução parcial ou a execução insatisfatória deste contrato;

II - 1% (um por cento), calculado sobre o valor previsto no subitem 4.1, pela:

- a) recusa injustificada em apresentar a garantia prevista nos subitens 12.1 e 12.4 deste contrato;
- b) inexecução total deste contrato;
- c) pela interrupção da execução deste contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

13.6 A suspensão temporária de participação da seleção de que trata o subitem 2.5 será aplicada quando, vencido o prazo estipulado na advertência, a **CONTRATADA** continuar inadimplente em relação ao fato que deu origem à sanção.

13.7 A suspensão do direito de licitar e contratar com a **CONTRATANTE** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

I - por até 6 (seis) meses:

a) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para a **CONTRATANTE**;

b) execução insatisfatória do objeto deste contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa, na forma dos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 deste contrato;

II - por até 2 (dois) anos:

a) não conclusão dos serviços contratados;

b) prestação do serviço em desacordo com as especificações constantes da Planilha de Autorização de Produção (PAP) ou da Planilha de Autorização de Veiculação (PAV), depois da solicitação de correção efetuada pela **CONTRATANTE**;

c) cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo à **CONTRATANTE**, ensejando a rescisão deste contrato por sua culpa;

d) condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos e contribuições, praticada por meios dolosos;

e) apresentação, à **CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação que deu origem a este contrato, que venha ao conhecimento da **CONTRATANTE** após a assinatura deste contrato, ou para comprovar, durante sua execução, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) demonstração, a qualquer tempo, de não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados;

g) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/1993, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da **CONTRATANTE** após a assinatura deste contrato;

h) reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

13.8 A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da **CONTRATANTE**, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo à **CONTRATANTE** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções.

13.8.1 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada à **CONTRATADA** se, entre outros casos:

I - sofrer condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, praticada por meios dolosos;

II - demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados;

III - reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da **CONTRATANTE**.

13.8.2 A declaração de inidoneidade implica proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

13.9 Da aplicação das sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação da seleção de que trata o subitem 2.5 e suspensão do direito de licitar ou contratar com a **CONTRATANTE** caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação.

13.9.1 O recurso referente à aplicação de sanções deverá ser dirigido à autoridade imediatamente superior, por intermédio daquela responsável pela sua aplicação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, conforme especificado a seguir:

a) as multas, a advertência e a suspensão temporária de participação da seleção de que trata o subitem 2.5: ao Secretário-Executivo, por intermédio do Secretário de Comunicação Integrada;

b) suspensão do direito de licitar ou contratar com a **CONTRATANTE**: ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, por intermédio do Secretário-Executivo.

13.10 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, respondendo ainda a **CONTRATADA** por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do parágrafo único do art. 416 do Código Civil Brasileiro.

13.11 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, incluída a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à **CONTRATANTE**.

13.12 O valor das multas poderá ser descontado da garantia constituída, do valor da fatura de quaisquer serviços referentes ao presente contrato, cobrado diretamente ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente da **CONTRATADA**.

13.12.1 O valor das multas deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO

14.1 O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/1993.

14.1.1 Este contrato também poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando a **CONTRATADA**:

a) for atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;

- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;
- e) não prestar garantia suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais;
- f) motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes, caso em que responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que a **CONTRATANTE**, como consequência, venha a sofrer;
- g) deixar de comprovar sua regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados, na forma definida neste contrato; e
- h) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- i) não comprovar a qualificação técnica de funcionamento prevista no art. 4º da Lei nº 12.232/2010;
- j) deixar de atender ao disposto nos subitens 5.1.6.3, 11.10, 11.10.1 e 11.10.1.1.

14.2 Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela **CONTRATANTE** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, previstas no presente contrato.

14.3 Em caso de associação da **CONTRATADA** com outras empresas, de cessão ou transferência, total ou parcial, bem como de fusão, cisão ou incorporação, caberá à **CONTRATANTE** decidir sobre a continuidade do presente contrato, com base em documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências.

14.4 A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/1993, não dará à **CONTRATADA** direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, com a exceção do que estabelece o art. 79, § 2º, da referida Lei.

14.5 A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **CONTRATANTE**, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A **CONTRATADA** guiar-se-á pelo Código de Ética dos profissionais de propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes.

15.2 A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, a suas expensas, na forma prevista no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

15.3 Constituem direitos e prerrogativas da **CONTRATANTE**, além dos previstos em outras leis, os constantes da Lei nº 8.666/1993, que a **CONTRATADA** aceita e a eles se submete.

15.4 São assegurados à **CONTRATANTE** todos os direitos e faculdades previstos na Lei nº 8.078, de 11.9.90 (Código de Defesa do Consumidor).

15.5 A omissão ou tolerância das partes – em exigir o estrito cumprimento das disposições deste contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.



15.6 As informações sobre a execução deste contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e de veículos de divulgação, serão divulgadas no sítio da **CONTRATANTE** na internet.

15.6.1 As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1 As questões decorrentes da execução deste contrato que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Juízo da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 3 (três) vias.

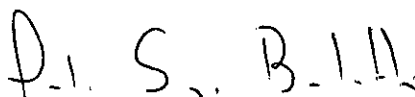
Brasília (DF), 16 de janeiro de 2012



**YOLE MARIA DE MENDONÇA**  
Secretária-Executiva da Secretaria de Comunicação Social da  
Presidência da República



**MARCIO ALEXANDRE TOSCANI**  
Leo Burnett Publicidade Ltda.



**PAULO SERGIO BIOLCATTI**  
Leo Burnett Publicidade Ltda.



## EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica nº 18/2011  
Nº PROCESSO: 00190.026693/2010-51

PARTE: Controladoria-Geral da União - CGU, por intermédio da Diretoria de Gestão Interna, com sede no Setor de Aduarques Sul - SAS - Quadra nº 1 - Bloco "A", Edifício Darcy Ribeiro, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.914.683/0001-03 e a Petróleo Brasileiro S. A., com sede na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01.

OBJETO: Realização de palestras e seminários, conduzidos por profissionais da PETROBRAS, com vistas a ampliar o entendimento sobre a atuação da referida companhia, suas características e os aspectos específicos do ambiente no qual desenvolve os seus negócios.

RECURSOS: O presente Acordo de Cooperação é celebrado a título gratuito, não implica compromissos financeiros ou transferências de recursos entre os participantes e não gera direito a indenizações, exceto no caso de extravio ou dano a equipamentos, instalações e outros materiais emprestados por um participante ao outro. No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

VIGÊNCIA: A partir da data de sua publicação, pelo período de doze meses, podendo ser alterado, a qualquer tempo, mediante termo aditivo e prorrogado por iguais períodos até o limite de sessenta meses.

DATA DE ASSINATURA: 15 de dezembro de 2011  
SIGNATÁRIOS: Pela Controladoria-Geral da União, o Diretor de Gestão Interna, Cláudio Torquato da Silva, pela Petróleo Brasileiro S. A., o Gerente Geral da Universidade Petrobras, Ricardo Salomão.

## SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

## EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram a União, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR, do Ministério da Educação - MEC, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e da ONU Mulheres.

OBJETO: Constitui objeto deste Acordo a conjugação de esforços para a realização do 7º, 8º, 9º e 10º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO.

VIGÊNCIA: O presente Acordo de Cooperação Técnica entra em vigor na data de sua assinatura, pelo período de 9 (nove) anos, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, mediante consenso dos participantes. Assinam pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República a Senhora Ministra Iriny Nicolau Correa Lopes, pelo Ministério da Educação o Senhor Ministro Fernando Haddad, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Senhor Glaucius Oliveira, e pela ONU Mulheres, a Senhora Rebecca Reichmann Tavares, Representante para o Brasil e o Cone da ONU Mulheres.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 002/2011 ao Convênio nº 055/2009. Nº Processo 00036.001018/2009-68. Conveniente: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, Unidade Gestora: 200021 Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA COM INTERVENIÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ CNPJ: 07.954.530/0001-18. Objeto: Alterar a Cláusula Sétima do Convênio Original "Da Vigência", ficando o prazo de vigência prorrogado até 31 de dezembro de 2012. Data de assinatura: 30/12/2011. Assinatura: IRINY LOPES, CPF nº 558.457.037-00 - Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE, CPF nº 624.278.733-49 - Secretária de Justiça e Cidadania - CE, CID FERREIRA GOMES, CPF 209.120.133-20 - Governador do Estado do Ceará.

## SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Número da Ata: 11/2011. Processo nº 00005.004023/2011-12. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis. Pregão Eletrônico SRP nº 13/2011. Contratante: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Contratada: SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA. CNPJ nº 38.619.404/0001-48. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, instalação, configuração, ativação, integração e testes do sistema de automação audiovisual para ambientes de reunião, educação corporativa e eventos, com fornecimento de materiais, serviços, treinamento e operação assistida, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, nas condições, especificações e quantidades constantes na Ata e seus Anexos. Valor Global da Ata: R\$ 1.817.990,00. Vigência: 28/12/2011 a 27/12/2012. Data de assinatura: 28/12/2011.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 1/2011

Processo nº 00008.002275/2010-98. Espécie: Termo Aditivo nº 01 ao Termo de Parceria 750595/2010, celebrado entre a União, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, CNPJ nº 05.478.623/0001-87, e a Associação Nacional dos Rondonistas, CNPJ nº 73.405.532/0001-82, denominada OSCIP. Objeto:

Prorrogação do prazo de vigência constante da Cláusula Sétima do Termo de Parceria original para 31/01/2012, tendo mais 60 (sessenta) dias para apresentação da Prestação de Contas. Data da Assinatura: 30/12/2011. Maria do Rosário Nunes, CPF nº 489.893.710-15, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sérgio Mário Pasquati, CPF nº 074.768.921-00, Presidente.

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2012 - UASG 110319

Nº Processo: 00170.000257/2011.  
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 2/2011 Contratante: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDENCIA DA REPU. CNPJ Contratado: 04895208000177. Contratado: LEO BURNETT PUBLICIDADE LTDA. - Objeto: Prestação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Fundamento Legal: Lei nº 12.232/10 e 8.666/93 Vigência: 16/01/2012 a 16/01/2013. Valor Total: R\$50.000.000,00. Fonte: 100000000 - 2012NE800003. Data de Assinatura: 16/01/2012.

(SICON - 20/01/2012) 110001-00001-2011NE800136

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2012 - UASG 110319

Nº Processo: 00170.000257/2011.  
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 2/2011 Contratante: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDENCIA DA REPU. CNPJ Contratado: 57118929000218. Contratado: NOVAS/3 COMUNICACAO LTDA. - Objeto: Prestação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Fundamento Legal: Lei nº 12.232/10 e 8.666/93 Vigência: 16/01/2012 a 16/01/2013. Valor Total: R\$50.000.000,00. Fonte: 100000000 - 2012NE800002. Data de Assinatura: 16/01/2012.

(SICON - 20/01/2012) 110001-00001-2011NE800136

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2012 - UASG 110319

Nº Processo: 00170.00257/2011.  
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 2/2011 Contratante: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDENCIA DA REPU. CNPJ Contratado: 05428409900127. Contratado: PROPEC COMUNICACAO LTDA. - Objeto: Prestação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Fundamento Legal: Lei nº 12.232/10 e 8.666/93 Vigência: 16/01/2012 a 16/01/2013. Valor Total: R\$50.000.000,00. Fonte: 100000000 - 2012NE800001. Data de Assinatura: 16/01/2012.

(SICON - 20/01/2012) 110001-00001-2011NE800136

## EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento de Sistemas Irradiantes EBC/COORD-CMN nº 0066/2011. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A. - EBC. Contratada: Ideal - Indústria e Comércio de Antenas Ltda-ME. Objeto: fornecer Sistemas Irradiantes Analógico e Digital para uso de TV Brasil em São Luís/MA, incluindo montagem, instalação, configuração, ativação, integração e testes. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 0030/2011. Valor total: R\$ 706.000,00. Dados do Empenho: Programa de Trabalho: 04.722.1032.20B5.0001 (Gestão do Sistema Público de Radiodifusão - Nacional). Elemento de Despesa: 449052 (Equipamento e Material Permanente). Nota de Empenho: 2011NE003191. Emissão: 16/12/2011. Valor: R\$ 706.000,00. Vigência: 30/12/2011 a 12/06/2012. Assinatura: 30/12/2011. Processo nº 2561/2010.

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº Processo: 0133/2012. Objeto: Patrocínio do evento Conexões Globais 2.0 - Festival de Cultura Livre, a ser realizado na cidade de Porto Alegre, no período de 25 a 28 de janeiro de 2012 e que pretende promover o debate sobre o ativismo social na era da internet, tendo a cultura digital como um elemento de identidade cultural dos tempos atuais. Fundamento Legal: art. 64, caput, do Regulamento Simplificado para Contratação de Serviços e Aquisição de Bens pela EBC, aprovado pelo Decreto nº 6.505, de 2008, e/c o art. 25, caput, da Lei nº 8.666, 1993. Comunicação de Inexigibilidade em 19/01/2012. Virgílio Sirimarco, Diretor de Administração e Finanças. Ratificação em 19/01/2012. José Eduardo Castro, Diretor-Presidente em Exercício. Valor total: R\$ 20.000,00. Patrocinada: Jomer Produções Artísticas e Eventos Ltda.

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 04 ao Contrato de Seguro de Vida em Grupo RDB/DJUR/Nº 0176/2007. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A. - EBC. Contratada: Alfa Previdência e Vida S/A. Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original e discriminar os dados dos empenhos do exercício financeiro de 2011. Dos Recursos Orçamentários para a prorrogação: Os Recursos Orçamentários para atender as despesas da presente prorrogação durante o exercício financeiro de 2012 serão discriminados em Termo Aditivo específico tão logo o respectivo orçamento esteja publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. e disponibilizado no SIAFI, quando, igualmente, será indicado o número da respectiva Nota de Empenho. Dados do empenho de 2011: Programa de Trabalho:

04.122.1032.2272.0001 (Gestão e Administração do Programa). Elemento de Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2011NE000504. Emissão: 07/02/2011. Valor: R\$ 22.772,57. Vigência: 02/01/2012 a 02/01/2013. Assinatura: 30/12/2011. Processo: 1378/2007.

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 05 ao Contrato de Prestação de Serviços de Telefonia RDB/DJUR/Nº 0078/2007. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A. - EBC. Contratada: Telemar Norte Leste S.A. Objeto: Prorroga o prazo de vigência do Contrato Original e discrimina os dados do empenho de 2011. Dos Recursos Orçamentários para a prorrogação: Serão discriminados em Termo Aditivo específico, tão logo o orçamento para 2011 esteja publicado no Diário Oficial da União - DOU e disponibilizado no SIAFI, quando, igualmente, será indicado o número da respectiva Nota de Empenho. Dados do Empenho do exercício de 2011: Programa de Trabalho: 04722103220B50001 (Gestão do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação). Elemento de Despesa: 339039 (Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica). Nota de Empenho: 2011NE000235. Valor: R\$ 1.083,52. Emissão: 17/01/2011. Vigência: de 01/01/2012 a 15/06/2012. Assinatura: 26/12/2011. Processo nº 1755/2006.

## EDITAL Nº 29 - EBC, DE 19 DE JANEIRO DE 2012 RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO torna públicos o resultado final na avaliação de títulos e a convocação para a perícia médica dos candidatos que se declararam portadores de deficiência para o cargo 1 - Jornalista de Empresa de Comunicação Pública - Atividade: Jornalismo, referentes ao concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior, regido pelo Edital nº 2 - EBC, de 5 de julho de 2011.

## 1 DO RESULTADO FINAL NA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1.1 Resultado final na avaliação de títulos, na seguinte ordem: cargo/atividade, número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e nota final na avaliação de títulos.

## 1.1.1 CARGO 1 - JORNALISTA DE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA - ATIVIDADE: JORNALISMO

10006698, Alessandra Lago de Lima, 0,00 / 10004528, Alessandro Paulo da Silva, 4,00 / 10004997, Aline Beneditos Maglioli, 0,00 / 10002720, Aline Campos Cordeiro, 0,50 / 10004442, Aline da Rocha Barbosa, 1,00 / 10000190, Aline Fernandes Carrijo, 0,00 / 10001135, Aline Leal Valcarenghi, 0,00 / 10004606, Aline Moraes da Silva, 0,00 / 10002614, Aline Pinheiro Silva Cortez Real, 0,00 / 10002227, Aline Scarso, 0,00 / 10004090, Aline Silva Muguet, 0,00 / 10000830, Allan Walbert Nascimento Santos, 0,00 / 10001963, Amanda Christina Polato, 1,00 / 10003754, Ana Carolina Dias Sarres, 0,00 / 10006523, Ana Carolina Campos Leitao, 1,50 / 10000178, Ana Cláudia Amorim Barbosa, 4,00 / 10005577, Ana Cristina Campos, 0,00 / 10001829, Ana Cristina Teixeira de Brito, 0,00 / 10003262, Ana Elisa Alves de Santana e Silva, 1,00 / 10007902, Ana Elisa Bobrzyk, 0,00 / 10007083, Ana Gabriella Santos Sales, 0,00 / 10003383, Ana Karolina Cavalcante Assunção, 1,00 / 10004850, Ana Maria Simões Passos, 6,50 / 10001302, Ana Paula Paiva dos Santos, 0,00 / 10002723, Andre de Matos Martins, 0,00 / 10001636, Andre Luis Pires Pelliccione, 9,50 / 10001043, Andre Martins de Almeida, 2,00 / 10000276, Andrea de Mendonça Soares, 0,00 / 10000183, Andrea Verdello, 0,00 / 10000310, Ana Karina Pereira de Carvalho, 0,00 / 10000042, Anna Luisa das Chagas Prasser, 0,00 / 10003499, Anni Luise Sieglitz, 0,50 / 10002591, Ariane Bahiense Povoa, 0,00 / 10005242, Arur Novak Junior, 5,00 / 10001327, Barbara Matte de Fernandes Mendonça, 0,00 / 10002676, Barbara Tuanni Veloso da Silva, 0,00 / 10004143, Beatriz Albuquerque Sousa Correa Lima, 1,50 / 10001692, Beatriz Buschel Pasqualino, 0,00 / 10003621, Beatriz Mendonça Santos de Abreu, 0,00 / 10004540, Bia Aparecida Guimarães Barros Batista de Nazare, 0,00 / 10001293, Bruna Maria Machado Ramos, 0,00 / 10006440, Bruna Saniele Freitas Ramos, 0,00 / 10005610, Bruno Batista da Cruz, 0,00 / 10004745, Bruno Cesar Tozatti Piola, 0,00 / 10005650, Bruno de Freitas Moura, 2,00 / 10002922, Bruno Rios Evangelista, 0,00 / 10004177, Camilla Cruvinel Boehm, 0,00 / 10001773, Camilla de Araújo Maciel, 1,50 / 10003022, Camilla Sampaio Nogueira Batista, 0,00 / 10001327, Camilla Verbicet Alcantara Bonfim, 0,50 / 10005860, Carla Fernanda Gonçalves Panisset, 3,50 / 10005662, Carolina Barreto da Silva Gaspar, 0,00 / 10005869, Carolina Costa Pavanello, 0,00 / 10003071, Carolina Pessoa Multatino, 0,00 / 10000193, Carolina Santos Jardim, 0,00 / 10004562, Carolina Vieira Rezende, 0,00 / 10002889, Caroline Lasneux Ribeiro, 1,00 / 10002492, Cátia Regina Rodrigues, 4,00 / 10000824, Cezar de Oliveira Facelli, 0,00 / 10001872, Clarice de Oliveira Cudschewitch, 0,00 / 10005245, Clarice Robello Barro, 0,00 / 10005484, Clarissa Matos Poby, 0,00 / 10000314, Claudio Barroso Roquette-pinto Bejunga, 0,00 / 10005397, Claudia Soares Rodrigues, 0,50 / 10006197, Claudia Tatiane da Silva Costa, 0,00 / 10001513, Claudimario de Oliveira Carvalho, 0,00 / 10002164, Daniel Carvalho de Mello, 0,00 / 10007213, Daniel Fonseca Ximenes Pires, 0,00 / 10007124, Daniel Ito Isala, 0,00 / 10005002, Daniella Guedes Rocha, 2,00 / 10000897, Daniella Ribeiro de Souza, 0,00 / 10004096, Danilo Bueno Ipolito, 0,00 / 10001800, Danyele Soares Souza, 0,00 / 10002631, Davi de Castro de Magalhães, 0,00 / 10007254, Debora Franco Lerrer, 0,00 / 10000614, Deise Machado de Oliveira, 3,50 / 10001102, Diego Lopes Lima Sousa, 0,00 / 10003793, Diego Pass de Vasconcelos, 0,00 / 10000826, Diego Sammarco Martins, 0,00 / 10004233, Diego Silveira Soares, 1,00 / 10005301, Dimas Alexandre Soldi, 0,00 / 10000764, Diogo de Oliveira Coelho, 0,00 / 10000684, Diogo Rezende, 0,00 / 10000366, Disonei dos Santos Pereira, 0,00 /



SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
RETIFICAÇÕES

No Extrato de Contrato nº 1/2012 publicado no D.O.U de 23/01/2012, Seção 3, Pág. 3. Onde se lê: 50.000.000,00 Leia-se: 150.000.000,00

(SICON - 23/01/2012) 110001-00001-2011NE800136

No Extrato de Contrato nº 2/2012 publicado no D.O.U de 23/01/2012, Seção 3, Pág. 3. Onde se lê: 50.000.000,00 Leia-se: 150.000.000,00

(SICON - 23/01/2012) 110001-00001-2011NE800136

No Extrato de Contrato nº 3/2012 publicado no D.O.U de 23/01/2012, Seção 3, Pág. 3. Onde se lê: 50.000.000,00 Leia-se: 150.000.000,00

(SICON - 23/01/2012) 110001-00001-2011NE800136

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços EBC/COORD-CM/Nº 0064/2011. Contratante: Empresa Brasil de Comunicação S/A. - EBC. Contratada: FiskaNew Ltda - EPP. Objeto: prestar serviços de monitoramento diário e contínuo de todos os programas exibidos na grade de programação do canal de televisão NBR. Fundamento Legal: inciso IV do artigo 62 do Regulamento Simplificado para Contratação de Serviços e Aquisição de Bens pela EBC, aprovado pelo Decreto nº 6.505, de 2008, c/c o inciso V do artigo 24 da Lei 8.666, de 1993. Valor mensal: R\$ 2.330,00. Dos Recursos Orçamentários: Os recursos orçamentários para ocorrer as despesas da presente prorrogação durante o exercício financeiro de 2012 serão discriminados em Termo Aditivo específico, no logo o respectivo orçamento esteja publicado no Diário Oficial da União - D.O.U., e disponibilizado no SIAFI, quando, igualmente, será indicado o número da respectiva Nota de Empenho. Vigência: 24/01/2012 a 24/01/2013. Assinatura: 30/12/2011. Processo nº 1098/2011.

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo: 26351/11-11 - Pregão Eletrônico nº 16/2011. Espécie: Contrato DP/61.2011, datado de 30/12/2011. Objeto: Aquisição de materiais semafóricos, junto a FAROL SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA. - ME, no valor global de R\$ 27.000,00, pelo prazo de 12 meses. Rubrica Contábil: PDG da CODESP. Signatários: Sr. José Roberto Correia Serra, Diretor-Presidente da CODESP e o Sr. Edalir Silva Mello, Representante Legal da Contratada.

Expediente Administrativo: 42984/11-59 - Inexigibilidade de Licitação. Espécie: Contrato DP/46A.2011, datado de 21/12/2011. Objeto: Prestação dos serviços de distribuição de publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da CODESP, junto à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, no valor global de R\$ 1.500.000,00, pelo prazo de 12 meses. Fundamento Legal: caput do art. 25 c/c a redação do art. 26, da Lei nº 8.666/93, e autorização da Diretoria-Executiva, nos termos do deliberado em sua 150ª Reunião (ordinária), de 04/11/2011. Signatários: Sr. José Roberto Correia Serra, Diretor-Presidente da CODESP e os Srs. Virgílio Brilhante Sirmarco, Diretor de Administração e Finanças da Contratada, e Ana Laura Naves, Gerente de Projetos da Contratada.

Processo: 26351/11-11 - Pregão Eletrônico nº 16/2011. Espécie: Contrato DP/60.2011, datado de 30/12/2011. Objeto: Aquisição de materiais semafóricos, junto a WZ UNIAO COMÉRCIO E SERVIÇO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E PEÇAS LTDA., no valor global de R\$ 1.139,89, pelo prazo de 12 meses. Rubrica Contábil: PDG da CODESP. Signatários: Sr. José Roberto Correia Serra, Diretor-Presidente da CODESP e o Sr. Wesley Lezanoff de Barros, Diretor da Contratada.

EXTRATO DE RESCISÃO

Processo: nº 30632/09-08 - Inexigibilidade de Licitação. Espécie: Termo de Rescisão Amigável ao Contrato DP/16.2010, celebrado em 10/03/2010, publicado no D.O.U. sob nº 49, de 15/03/2010, Seção 3, página 2, que firmam a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, e a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - EBC. Objeto: Rescindir amigavelmente e de comum acordo o Contrato. Fundamentação: Inciso II, do artigo 79, da Lei nº 8.666/93. Signatários: Sr. José Roberto Correia Serra, Diretor-Presidente da CODESP e os Srs. Virgílio Brilhante Sirmarco, Diretor de Administração e Finanças da Contratada, e Ana Laura Naves, Gerente de Projetos da Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 308002-18 - Dispensa de Licitação. Espécie: Primeiro Aditamento, datado de 22/12/2011, ao Termo de Cooperação Mútua, de 23/12/2010, celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e a DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTOS. Objeto do Termo: Prorrogar seu prazo por mais 12 meses. Fundamentação: Autorização da Diretoria-Executiva, nos termos do

deliberado em sua 1516ª Reunião (ordinária), de 16/12/2011. Signatários: Sr. José Roberto Correia Serra, Diretor-Presidente da CODESP e o Sr. Gestival Gomes de Souza, Delegado de Polícia Federal e Chefe (DPP/ST/SP) da Contratada.

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 1/2012

A Comissão Permanente de Licitação-CPL, nos termos do art. 109, § 1º, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar o resultado da referida licitação, na seguinte ordem de classificação: 1º lugar - TRANSPORT CONSULTORIA E PROJETOS LTDA., no valor de R\$ 137.004,96; 2º lugar - SETENGE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA LTDA., no valor de 137.460,00 e 3º lugar - BIT ENGENHARIA LTDA., no valor de R\$ 137.934,00. (Processo Administrativo nº 4294/11-71).

Santos-SP, 23 de janeiro de 2012.
WALTER TAVEIRA JUNIOR
Presidente da Comissão

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 4542/2011 - Companhia Docas do Pará - CDP. Fundamentada no Artigo 26, da Lei nº 8.666/93 e alterações, foi autorizada a dispensa de Licitação para contratação da empresa PEOPLE SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, vi-

sando à prestação dos serviços de locação de licença de uso de Software ERP-FINPAC necessário para a manutenção dos procedimentos operacionais, administrativos e financeiros da CDP, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, no valor mensal de R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais), de conformidade com o estabelecido no art. 24, inciso IV, da referida Lei.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 02 de Reatificação ao Contrato nº 33/2010; CONTRATANTES: Companhia Docas do Pará - CDP e Eico Sistemas e Controles Ltda. EPP; OBJETO: Alteração de redação da Cláusula Sexta - Das Obrigações e Responsabilidades, e do Parágrafo Segundo da Cláusula Oitava - Da Rescisão; DATA DA ASSINATURA: 01.11.2011; SIGNATÁRIOS: Carlos José Proença da Silva e Maria do Socorro Firmides Soares, respectivamente Diretor Presidente e Diretora de Gestão Portuária da CDP e José Augusto Salomon Cancas, Sócio da Contratada.

ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 33/2009; CONTRATANTES: Companhia Docas do Pará - CDP e Prodent Assistência Odontológica Ltda.; OBJETO: Prorrogação de prazo e repescagem de valor; PRAZO: 12 meses; VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 102.000,00; DATA DA ASSINATURA: 28.09.2011; SIGNATÁRIOS: Maria do Socorro Firmides Soares e Olivio Antonio Palheta Gomes, respectivamente Diretora Presidente em exercício e Diretor Administrativo Financeiro da CDP, e Maurício Camistoti, Diretor Presidente da Contratada.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE 23 DE JANEIRO DE 2012
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, considerando a realização de concurso público cuja homologação foi através do resultado publicado em 29/06/2010, concernente ao cargo de Especialista Portuário, no Diário Oficial da União, convida o candidato abaixo relacionado para comparecer no dia 25 de janeiro de 2012, de 08 às 15 horas, no Centro de Ensino Portuário - CEPOR, sito à Rua Silvino Montenegro, 20, Gamboa, CEP. 20.220-550- Rio de Janeiro, a fim de obter a relação dos documentos necessários para a contratação, conforme está no item 11.09 do Capítulo II do Edital, bem como iniciar o procedimento para realização dos exames médicos e para as demais exigências constantes no Capítulo II do referido Edital. É de ressaltar, ainda, que o candidato que não concluir os exames médicos no prazo fixado pela Divisão de Administração de Pessoal - DIAPES, e não entregar os documentos exigidos, considerará-se desclassificado.

Table with 3 columns: CLASSIFICAÇÃO, INSCRIÇÃO, NOME. Row 1: 00018, 702956, HUMBERTO MAGNO BARBOSA

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2012

Processo: CODERNA/PMC Nº 0012012
A COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE/ CODERNA-ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ/PMC, por meio de seu Pregoeiro, designado através da Instrução/AFPMC nº 016/2012, de 11 de janeiro de 2012, torna público aos interessados que será realizado, no dia 06 de fevereiro de 2012, às 15h00min, a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2012. Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços de gerenciamento de passagens aéreas nacionais e outros serviços correlatos. O edital poderá ser obtido no site: www.portodemacio.com.br ou, ainda, na Assessoria de Licitações, localizada no pavimento térreo da APMC, sito à Rua Sô e Albuquerque S/Nº, Jaraguá/Maceió/Alagoas, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira. Informações: telefone (82) 2121-2557; fax nº (82) 3231-2975 e ainda pelo e-mail licitacoes@portodemacio.com.br.

Maceió, 23 de janeiro de 2012.
CLAUDIO ANTONIO CORREIA DA SILVA

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS
CORPORATIVOS E APOIO A PESQUISA

EXTRATOS DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO À PESQUISA

Auxílio 73/2011. Concedente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, CNPJ 33.892.175/0001-00. Conveniente: Roberto Leher, CPF: 754.562.817-91. OBJETO: Pesquisa de Campo - Cidades IPEA/CAPES para o desenvolvimento: Capitalismo dependente e heteronomia cultural: desenvolvimento e educação em Florestan Fernandes. Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). ND 339020. 2011NE000376, conforme fundamento legal IN 01/97. Vigência: 19/10/2011 a 31/01/2012. Signatário pelo IPEA: Geovani Parente Farias, CPF 296.051.721-60, Diretor, e pelo Auxílio: Roberto Leher,

Auxílio 74/2011. Concedente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, CNPJ 33.892.175/0001-00. Conveniente: Jaime Ferré Marti, CPF: 512.814.063-68. OBJETO: Apoio a Eventos - VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). ND 339020. 2011NE000382, conforme fundamento legal IN 01/97. Vigência: 30/09/2011 a 30/03/2012. Signatário pelo IPEA: Geovani Parente Farias, CPF 296.051.721-60, Diretor, e pelo Auxílio: Jaime Ferré Marti.

Auxílio 75/2011. Concedente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, CNPJ 33.892.175/0001-00. Conveniente: Ernesto Friedrich de Lima Amaral, CPF: 859.811.681-53. OBJETO: Pesquisa de Campo - Cidades IPEA/CAPES para o desenvolvimento: Transição demográfica e desenvolvimento econômico no Brasil. Valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). ND 339020. 2011NE000377, conforme fundamento legal IN 01/97. Vigência: 19/10/2011 a 31/01/2012. Signatário pelo IPEA: Geovani Parente Farias, CPF 296.051.721-60, Diretor, e pelo Auxílio: Ernesto Friedrich de Lima Amaral.

Auxílio 76/2011. Concedente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, CNPJ 33.892.175/0001-00. Conveniente: Alexandre Schirme Kieling, CPF: 368.752.600-34. OBJETO: Pesquisa de Campo - Panorama da Comunicação e da Telecomunicação no Brasil: PBC 2011. Valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). ND 339020. 2011NE000379, conforme fundamento legal IN 01/97. Vigência: 14/11/2011 a 14/05/2012. Signatário pelo IPEA: Geovani Parente Farias, CPF 296.051.721-60, Diretor, e pelo Auxílio: Alexandre Schirme Kieling.

Auxílio 78/2011. Concedente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, CNPJ 33.892.175/0001-00. Conveniente: Maria de Mello da Malta, CPF: 010.427.207-46. OBJETO: Pesquisa de Campo - Cidades IPEA/CAPES para o desenvolvimento: Desenvolvimento sob crise: um estudo sobre o pensamento econômico brasileiro nos anos 1980 e seus impactos sobre o pensamento atual. Valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). ND 339020. 2011NE000378, conforme fundamento legal IN 01/97. Vigência: 21/10/2011 a 31/01/2012. Signatário pelo IPEA: Geovani Parente Farias, CPF 296.051.721-60, Diretor, e pelo Auxílio: Maria de Mello da Malta.

Auxílio 79/2011. Concedente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, CNPJ 33.892.175/0001-00. Conveniente: Laíciete Santos Neves, CPF: 094.521.768-49. OBJETO: Pesquisa de Campo - Cidades IPEA/CAPES para o desenvolvimento: Pólo Automotivo e Desenvolvimento na Região Metropolitana de Curitiba. Valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). ND 339020. 2011NE000375, conforme